



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

ACACIA SILVA ALCANTARA

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGENS DE MULHERES NEGRAS
EM ESCOLAS PÚBLICAS DA PARAÍBA

GUARABIRA-PB
2018

ACACIA SILVA ALCANTARA

**EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGENS DE MULHERES NEGRAS
EM ESCOLAS PÚBLICAS DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação Étnico – Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus Guarabira como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Waldeci Ferreira Chagas

**GUARABIRA-PB
MARÇO/2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C347e Alcantara, Acacia Silva.
Experiências de ensino aprendizagem de mulheres negras em escolas públicas da Paraíba [manuscrito] : / Acacia Silva Alcantara. - 2018.
57 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Mulheres negras. 2. Escolarização. 3. Docência.

21. ed. CDD 371.956

ACÁCIA SILVA ALCANTARA

**EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E APRENDIZAGENS DE MULHERES NEGRAS
EM ESCOLAS PÚBLICAS DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de pós-
graduação da Universidade Estadual da Paraíba como
requisito para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em 09 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – Orientador
(Universidade Estadual da Paraíba)



Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca -Examinadora 1
(Universidade Estadual da Paraíba)



Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima – Examinador 2
(Universidade Estadual da Paraíba)

AGRADECIMENTOS

Não tenho medo de nada. Temos que ensinar o medo ter medo de nós.

Elza Soares.

A Deus, que me conduziu e me permitiu chegar até aqui, e que me guiará até o fim, pelos caminhos da justiça;

(In memoriam) a minha mãe, um anjo que o Senhor Jesus enviou do céu para cuidar de mim aqui na terra, doando tanto amor e carinho para que eu pudesse seguir em busca de mais essa conquista e de muitas que virão;

Ao meu esposo Edson;

Aos meus filhos, Eudson, Arley Pierre e Igor Breno;

Aos professores (as) da UEPB que me proporcionaram conhecer novos saberes, principalmente a professora Cristiane Nepomuceno, que conheci na graduação e que se tornou uma amiga;

Ao orientador, professor Dr. Waldeci Ferreira Chagas por sua contribuição na construção desse trabalho;

E em especial as professoras entrevistadas, que foram a razão central deste estudo.

Maria do Carmo Silva (in memoriam)
Mais conhecida como: Carminha,
Uma mulher Negra,
Uma guerreira Negra,
Minha mãe.

Dedico.

Que nada nos limite.
Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa substância.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Este Trabalho analisa as experiências de três professoras que aprenderam e ensinam em escolas públicas da Paraíba. O principal objetivo é mostrar a partir de suas narrativas individuais de mulheres negras, docentes em exercício, suas dificuldades e seus desafios encontrados e enfrentados no processo de escolarização. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma revisão bibliográfica e documental. Dentre os autores, recorremos as considerações de: Davis (2016), Gomes (1995), Dávila (2006), Freitas (2012), Romão (2005) Fonseca (2016), Zotti (2004), Freire (1996) e outros. Dentre os documentos, recorremos a *Constituição Federal Brasileira* (1988), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB* (1996), *Parâmetros Curriculares Nacional-PCN* (1997), *Lei 10.639/2003 – ampliada para 11.645/08*, A Resolução CNE N° 1 de 2004, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para A Educação das Relações Étnico-Raciais-DCNERE* (2004) e outros documentos que tratam sobre a adoção de modelo de educação antirracista. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas. A partir da sistematização e interpretação dos dados foi possível identificar dois fatores que marcaram a educação brasileira, e que fez parte da trajetória escolar das colaboradoras; exclusão e punição.

Palavras-Chave: Mulheres negras. Escolarização. Docência.

ABSTRACT

This paper analyzes the experiences of three teachers who learn and teach in public schools in Paraíba. The objective is to show from their individual narratives of black female teachers in exercise, their difficulties and challenges found and faced in the schooling process. A research was developed based on the bibliographical and documentary revision, among the authors we used as considerations of: Davis (2016), Gomes (1995), Dávila (2006), Freitas (2012), Romão (2005) Fonseca (2016), Zotti (2004), Freire (1996) and others. Among the documents, we have recourse to the *Brazilian Federal Constitution-BFC* (1988), *National Education Guidelines and Bases Law* (1996), *National Curricular Parameters-NCP* (1997), Law 10,639 / 2003 - extended to 11,645 / 08, CNE Resolution No. 1 of 2004, *such as National Curriculum Guidelines for Ethnic and Racial Relations Education-NCGERE* (2004) and other documents that deal with a model adoption of antiracist education. Data collection took place through semi-structured interviews. From the systematization and interpretation of data and possible identifications, there are a series of actions that inform the Brazilian education and that is part of the school trajectory of the collaborators: exclusion and punishment.

KEY WORDS: Black women. Schooling. Teaching.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPITULO I - HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE MULHERES NEGRAS: ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	14
2.1.Histórias da Escolarização do Negro no Brasil durante e pós-escravidão.....	14
3. CAPITULO II - EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: problemas e desafios.....	28
3.1.Uma síntese histórica dos desafios enfrentados pelas mulheres negras para chegarem a escolarização.....	28
4. CAPITULO III - NARRATIVAS EDUCACIONAIS DE MULHERES NEGRAS PARAIBANAS: lembranças do ato de ensinar e aprender em escolas públicas.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS.....	49
Anexos 1.....	50-51
Anexos 2.....	52
Anexos 3.....	53

PRETA

Eu sou preta
Trago a luz que vem da noite
Todos os meus santos também podem lhe ajudar
Basta olhar pra mim pra ver porque é que a lua brilha
Basta olhar pra mim pra ver que eu sou preta da Bahia

Eu tenho a vida no peito das flores vivas
No meu sangue o dendê se misturou
Tenho o fogo do suor dos andantes
E a paciência do melhor caçador

Eu sou preta
Vou de encontro à alegria
Minha fantasia é mostrar o que eu sou
Vim de Pirajá tocando pra Oxalá
Pra mostrar a cor do Alá de Salvador

Eu sou preta
Mãe da noite, irmã do dia
Sou do cortejo afro encantador
Filho de Ilê Ayê
Grande Mestre Pastinha, meu amor
Vou misturar o que Deus não misturou.

Interprete: Daniela Mercury

Composição: Adilson Barbado / Eu Sou Preto / Gabriel Moura / J. Velloso / Jair Carvalho / Jorge Portela / Mariene De Castro / Seu Jorge / Sorriso Negro / Wallace Jeferso

1. INTRODUÇÃO

Partindo do conhecimento de que as aprendizagens se davam a partir da oralidade e da experiência dos mais velhos para os mais jovens, e que segundo (FREITAS, 2012, p.1), o nosso percurso de vida é constituído de diversos outros, que se unem para constituí-lo. Podemos perceber que, esse movimento entre o ensinar e o aprender, faz parte e está intrínseco ao ser humano desde os primeiros instantes de vida. E que o mesmo nos acompanha ao longo de toda nossa existência. Sendo assim, passamos grande parte da nossa vida na escola em um vasto processo de aprendizagem e ensinamentos.

Sabemos que o Brasil em sua formação enquanto sociedade teve a presença de elementos das três etnias. O índio nativo, o europeu e o africano. A escolarização desses povos nos primórdios da nossa sociedade deixou muito a desejar, principalmente ao povo negro. Só muito tempo depois por causa de fatores econômicos entre outros a elite brasileira permite que esses excluídos da esfera educativa, tivessem acesso à escola, mais, mediante algumas condições. Ou seja, só podiam frequentar a escola se aceitasse as exigências que eram feitas aos ex-escravos - portanto, homens e mulheres livres - através de diversas leis que os proibiam de frequentar a escola, que vigoraram entre 1888/1889 até a Constituição de 1934¹.

Diante desses registros, podemos imaginar que o processo de escolarização para esse povo não foi fácil, já que não era um desejo das elites brasileiras daquela época. Também por acompanhar outras pesquisas referente ao assunto vinculado na mídia. Que apesar das mudanças legislativas referentes aos direitos da população brasileira posto na constituição 1988, especificamente no Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado (...). Como também o Art. 206 referente aos princípios, I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (...).

Na prática, sabemos que pouco mudou, tendo em vista as resistências por parte de uma parcela da sociedade em relação a educação para a população negra. Outra

¹ OBSERVATORIO SOCIAL, A Mulher no Mercado de Trabalho. Revista EM, Março de 2004 , p.37 – Ano 3 – Nº 5 Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

inquietação para estudar esse tema se deu por motivos pessoais. Por ter tido dificuldade enquanto criança no início da minha trajetória escolar, em entender a causa do comportamento agressivo e raivoso da minha ex-professora das series iniciais, em relação a minha pessoa. Onde algumas vezes na sala de aula sofri preconceito racial e agressões físicas e psicológicas. Não poderia iniciar esta problematização, sem enfatizar essa experiência pela qual passei, nem tão pouca importância das narrativas de mulheres negras e professoras que ao longo de suas vidas contribuíram e ainda contribuem com seu conhecimento de vida e principalmente seus conhecimentos científicos como docentes. Adquiridos neste contexto da história da educação brasileira.

São essas personagens e sobre suas experiências escolares, espalhadas dentro das instituições de ensino de Campina grande e do estado da Paraíba, que esta pesquisa pretende se efetivar. Uma vez que, esses dados apresentados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, nos mostra quanto uma ação como essa, desse estudo possibilitará a valorização e principalmente, contribuirá com o resgate da história escolar das pesquisadas. Já que a explicação para a ocorrência destes dados está na história de um sistema social de exclusão iniciada pela escravidão, porém que suas narrativas continuam incompletas pela ausência da voz daquelas que foram submetidas a este sistema. (BRASIL, 2013, p.11). Nesse sentido podemos deduzir que, precisamos trazer ao conhecimento de todos a verdadeira historias dessas mulheres, seus relatos, seus questionamentos, seus legados diante destas explicações.

Diante dos fatos citados, e levando em consideração o tempo vivido por cada uma. Assim, surgiu a ideia de pesquisar o tema: Experiências de ensino e aprendizagens de mulheres negras em escolas públicas da Paraíba. Objetivamos investigar a partir de narrativas individuais de mulheres negras docentes em exercício, suas dificuldades e desafios encontrados e enfrentados no processo de escolarização. Observando a história da cultura escolar e das práticas docentes nas escolas do seu tempo, considerando o meio social e político da época como influência no processo de formação das identidades dessas mulheres.

Percebendo que, a maioria das mulheres negras no nosso país sempre tiveram que lutar constantemente para poderem conquistar sua independência e igualdade de gênero, o que vem a significar a busca de melhoria de vida, entendemos e ressaltamos que a educação é um campo fundamental. Todavia o direito de frequentar a escola, ser respeitada e valorizada. Esse espaço vem sendo conquistado, sobretudo por iniciativa

peçoal, haja vista que as políticas oficiais pouco contemplaram esse seguimento populacional. E com o intuito de resgarmos essas experiências de vida, especialmente as vivências escolares dessas mulheres negras professoras durante suas trajetórias no período da escolarização que desenvolvemos essa pesquisa.

Portanto, essa proposta contribuirá com e para as futuras docentes negras ou não negras na construção de suas identidades, no processo de ensino e aprendizagens, visando também melhorar as metodologias e principalmente as práticas educativas dentro das instituições de ensino das quais essas pesquisadas fazem parte.

Além do já dito, acredito que esta ação também dará visibilidade as histórias dessas mulheres negras, e conseqüentemente das histórias da escola do seu tempo. Trazendo ao conhecimento das futuras gerações como se configurou a realidade da escola de sua época. Vejo que seria de fundamental importância conhecer os relatos dessas personagens que, ao longo de suas vidas acumularam conhecimentos e experiências e que ainda não tiveram a oportunidade de repassar para a geração vigente, para que essas experiências fiquem registradas na literatura acadêmica e ao alcance de quem mais se interessar.

A pesquisa desse trabalho, quanto a sua classificação é de Estudo de caso por ser de base empírica, ou seja, se trata de uma pesquisa que será desenvolvida a partir do relato das experiências. Desse modo revelando o processo de escolarização que essas mulheres tiveram enquanto criança, jovem e mulher adulta. Será descritiva e analítica porque utilizarei a entrevista e conseqüentemente o uso do roteiro da mesma para coleta de dados que será realizado com algumas professoras negras. Será de cunho qualitativa porque objetiva descrever e analisar a complexidade dos resultados encontrados.

Mediante esses instrumentos de técnicas de pesquisa, serão feitas as abordagens iniciais de apresentação do projeto de pesquisa e através de conversas, mostrando o que pretendemos desenvolver sobre os relatos de cada uma das mulheres docentes pesquisadas e o que se pretende com o mesmo. Dadas às explicações, em outro momento devidamente combinado com os envolvidos nessa pesquisa, fizemos os levantamentos da caracterização de cada uma das pesquisadas mediante a identificação pessoal, formação acadêmica e experiência profissional. E em seguida fizemos a realização da entrevista e para concluir, fecharemos com a análise a partir dos instrumentos de coleta de dados, sendo eles já citados no decorrer do texto, e entre outros que assim seja necessário. Tais como áudio, fotografias...etc. Só assim passamos

conhecer o processo de escolarização vivenciado por essas mulheres; registramos as dificuldades enfrentadas, a importância do saber por elas, mediante o processo de escolarização, naquela época em relação ao hoje; estabelecemos as semelhanças e diferenças encontradas nas narrativas dessas mulheres, referentes às práticas docentes as quais foram submetidas em diferentes espaços e momentos de suas vidas; analisamos a partir das narrativas as continuidades e descontinuidades no processo do ensinar e do aprender nas escolas.

E para contribuir e enriquecer este trabalho de pesquisa trouxemos alguns conceitos de autores (as) e conseqüentemente de suas literaturas, aos quais, nos ajudaram a compor e mostrar os relatos das experiências vividas por nossos sujeitos pesquisados (as) no decorrer deste texto. Começaremos com Freitas (2012) que trabalha com a concepção que a vida se constrói a partir dos diversos outros; BRASIL, SECAD/MEC (2005) que nos aponta para a ausência de fontes históricas que nos fale das experiências educativas dos negros e índios. Zabala (1998) nos remeterá para a questão da busca melhorar profissionalmente através do conhecimento e da experiência. Gonzales (1982) mostrando qual é o lugar do negro. Gomes (1995) em a mulher negra que vi de perto. Davis (2016), que traz a luz sobre os direitos das mulheres negras a escolarização nos Estados Unidos, Dávila (2006), nos remete para a ausência de professores (as) negros (as) nas escolas do rio de Janeiro, Romão (2005) Fonseca (2016), ambos trazem a ausência de documentos que revele mais profundamente sobre o acesso dos negros (as) a escolarização no período colonial e imperial, Zotti (2004), quanto a questão de escolarização baseada na separação de gênero, Freire (1996), fomentando sobre a aprendizagem dialética da docência e discencia.

Entre outros autores (as) que ao longo deste trabalho contribuíram com suas obras literárias. E sobre a luz desses autores buscamos encontrar caminhos para que possamos contribuir de forma significativa através das análises e o resultado deste estudo seja relevante para todas as pessoas envolvidas no mesmo.

CAPITULO I

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE MULHERES NEGRAS: ASPECTOS EDUCACIONAIS

1.1 Histórias da Escolarização do Negro no Brasil durante e pós-escravidão

MULHER NEGRA

Mulher Negra
Quando Deus fez você
caprichou em tua cor
das estrelas te deu o brilho
da luz da lua, fez o teu sorriso
e te temperou com muito amor.
O seu gingado veio das ondas
Sua força vem direto da terra
se és divina quando ama
és valente quando em guerra.
Quando Deus fez você
não poupou em inteligência
te fez meiga, te fez forte
te deu muita resistência
mas também te fez vaidosa
Negra linda e orgulhosa.
Quando Deus fez você
te deu um grande coração
te fez negra mulher
pilar principal da família
e até de uma nação
te encheu de muito axé
recipiente de muita fé.
Quando Deus fez você
te fez mãe, amante e amiga
te deu toques de magia
o dom de sempre lutar
te deu sonhos pra sonhar
e deu de presente para nós homens
uma maravilhosa mulher para amar.

Gilson Costa – Outubro/2008 citado por (VILA NOVA, p. 8, 2013)

Antes de adentrarmos nos aspectos educacionais das mulheres negras que nos auxiliaram a conduzir este trabalho, precisamos trazer uma breve abordagem sobre a situação educacional da pessoa negra durante a escravidão, pós-abolição e Império. Especificamente dos séculos XVI, até as experiências educacionais do século XX. Uma vez que, nosso propósito neste capítulo é a partir da produção historiográfica, analisar a situação educacional da mulher negra levando em consideração o contexto histórico econômico e político do Brasil.

Inicialmente para tal abordagem buscamos o aporte teórico de Fonseca (2016), que fez seus estudos a partir do século dezessis até o século vinte e Romão (2005), do século dezanove ao século vinte. Ambos os autores comungam da mesma opinião, a de que, sobre a história da educação da pessoa negra, pouco se tem em termos de registro. Romão (2005) afirma que, sobre os processos de escolarização do segmento negro no período pós-abolição temos poucas informações a respeito (...) E ambos descrevem em suas pesquisas a proibição de os negros frequentarem as escolas. Tomando como norte os séculos XIX e XX, Romão (2005) afirma que:

A população escrava era impedida de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros – automaticamente esta legislação (Art. 6, item 1 da Constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento (ROMÃO, p. 68, 2005).

Acerca desta questão Fonseca (2016) assegura que, o único registro que encontrou nas suas pesquisas sobre o impedimento de acesso de negros a escola foi à legislação de algumas das províncias brasileiras durante o período da escravidão. Como:

No Rio Grande do Sul foram encontrados indícios que sugerem que havia algum tipo de impedimento para os negros frequentar escolas. (...) encontramos a seguinte determinação em uma Lei de 1837, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: *“são proibidos de frequentar as escolas públicas: 1o. as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2o. Os escravos e pretos ainda que sejam livres ou libertos.”* (...) Em Minas Gerais, a lei proibia a frequência de escravos às escolas públicas e não de pretos livres, ou libertos. Isso fica claro na lei que, em 1835, estabeleceu a obrigatoriedade escolar em Minas: *“somente as pessoas livres poderão frequentar as escolas públicas”*. (FONSECA, p. 28, 2016 apud MOACYR, 1940, p. 431).

Nas descrições feitas pelos autores acima mencionados percebemos que, existe a ausência de registro sobre a história da escolarização dos negros, durante o período da

escravidão e pós-abolição no Brasil. O pouco que tais autores puderam captar da documentação consultada, deixa claro que esse grupo étnico não tinha direito algum, ao contrário, tinha muitos deveres. Deveres de obediência, de trabalho cativo e, sobretudo, o dever de sobreviver a todo um sistema escravocrata da sociedade brasileira daquele momento.

Dos documentos utilizados por Romão (2005) e Fonseca (2016) podemos inferir que possivelmente na maioria das províncias, o acesso de negros/as a escola era proibido.

Entretanto, a província de Minas Gerais abriu o acesso à escola aos/as negros/as livres, proibindo apenas aos/as cativos/as. Aos olhos dos ingênuos isso soa como uma pequena conquista, mas devemos prestar atenção no contexto da época, para não nos iludirmos. Pois, ainda que na província de Minas Gerais a legislação garantisse aos/as negros/as livres, o acesso à escola, as autoridades da época não legislaram em solidariedade aos/as negros/as. Agiram em benefícios próprios. Porquê? Especialmente porque essa província, naquele momento, possuía uma população composta na sua maioria por negros escravizados. Portanto, de alguma forma precisava de uma população qualificada para as mudanças econômicas que estavam por vir.

Este contexto nos apresenta um cenário desfavorável para se pensar a condição da “Mulher Negra”, sobretudo, porque essa questão de gênero era desconhecida para aquele momento histórico brasileiro. É claro que falando cientificamente. Porque atitudinalmente e culturalmente ela sempre existiu. Pois esta questão do ser mulher na sociedade brasileira nos períodos estudados pelos autores acima não tinha o que discutir, principalmente por ser uma sociedade patriarcal, em que toda as decisões eram tomadas pelo patriarca da família. Uma vez decidido, tinha que ser cumprido, valia como lei.

As mulheres independentes de serem brancas ou negras não tinham vez nem voz. Se para a mulher branca estava vetada a escolha do seu futuro marido, de falar em público, de olhar para um homem mesmo sendo solteira e estando acompanhada da dama de companhia, para a sociedade a única valia da mulher era ser forte e fértil para ser mãe e dona de casa. Ou seja, se preocupar com os afazeres domésticos. Segundo Baseggio e Silva (2015), as mulheres (...) eram vistas como a elegância da sociedade. Apesar das más condições de alimentação e higiene em que também viviam, eram as responsáveis por preservar os costumes europeus. [Ainda], (...) era exigido das mulheres brancas, virgindade, sutileza, submissão à moral masculina e também castidade. [E quando casada], deviam preservar costumes como a fidelidade e a submissão ao marido (...) eram excluídas assim, também

da educação como muitas vezes das próprias organizações sociais. (BASEGGIO e SILVA, p. 20, 2015).

Por isso poucas meninas frequentavam os bancos da escola. E as que frequentavam tinham um currículo diferenciado dos meninos. Conforme nos explica Romão quando afirma que;

As escolas de “primeiras letras” ou primárias eram diferenciadas por gênero e disciplinas: aulas de leitura, escrita, cálculos, história do Brasil princípios de moral e doutrina religiosa, para os meninos e aulas de leitura, escrita, cálculos elementares e prendas domésticas, para as meninas (ROMÃO, p. 68, 2005).

Se para as mulheres brancas, era esse o cenário acima mencionado, agora imaginemos para as mulheres negras! Pois é, Bassegio e Silva (2015) nos relata esta realidade vividas por essas mulheres negras, uma vida muito difícil, muitas vezes cruel e totalmente diferente da vida das mulheres brancas. Assim as descreve:

As negras, na sociedade colonial, viviam nas casas-grandes e eram muitas vezes as que iniciavam os filhos dos grandes proprietários na vida sexual. Eram amas de leite, cuidavam da casa, prestavam serviços, e muitas vezes ainda eram submetidas às condições de violência sexual. Perto do fim do regime colonial, muitas conseguiam suas cartas de alforria, conseguindo assim, a liberdade depois de anos de escravidão. Mesmo quando livres, ainda encontravam dificuldades em seus caminhos, agora livres, muitas vezes não tinham para onde ir, e acabavam se tornando prostitutas a fim de evitar a fome e a miséria. (BASEGGIO e SILVA, p. 20, 2015).

Após essa descrição, e tomando como suporte à abordagem que (CUNHA e SILVA, p. 99, 2010) traz sobre a instrução de gênero no período do Império brasileiro do século XIX, que (...) a criação das escolas régias adicionava uma nova perspectiva para as meninas, que teriam uma educação diferenciada, em classes separadas, contando com o ensino de professores do mesmo sexo. Mas que implicitamente, estava posto quando do surgimento da escola das primeiras letras, o aparecimento das questões de gênero no processo educacional que surgiu com a tendência discriminatória, desta mesma percepção nossa e dos autores acima também comunga Zotti (2004), quando diz que:

(...) há uma distinção quanto ao que ensinar para meninos e meninas, caracterizando os papéis determinados pela sociedade para cada um. Dado o grau de subordinação da mulher no período, a maioria dessa faixa da população era analfabeta (ZOTTI, p.40, 2004).

Não encontramos na produção historiográfica outro registro, que nos mostre no processo educacional do período escravocrata, pós-abolição e no Império. Períodos estes vividos pela nossa sociedade brasileira, a questão de gênero tão explícita e tão bem definida. O currículo para meninos e para meninas, como encontramos nos trabalhos de Romão, Zotti (2004) e Cunha e Silva. Anterior aos trabalhos desses/as pesquisadores/as, as referências existentes na produção historiográfica só explanaram sobre o acesso dos meninos a escola.

Apesar da discriminação e das limitações que a legislação impôs à educação e inclusão das meninas a escola, podemos dizer que a existência de uma lei que garantisse aos/as negros livres e que esse acesso à escola representasse um avanço para a época. Houve pouco empenho das autoridades na ocasião. Já que para os negros/as frequentarem a escola, havia muitas restrições, como nos apresenta a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial² (SEPPIR) na seguinte explicação:

O Decreto nº 1.331, de 17 de Fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de Setembro de 1858, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (RIBEIRO, SEPPIR, p. 7, 2004)

Com tudo a lei não informa se as meninas negras tinham direito a esse acesso à escola e se havia um currículo específico para elas. Neste panorama apresentaremos algumas histórias de mulheres negras que nos ajudarão a entender esse processo, ou seja, a relação delas com a escola e a sua formação educacional. Até porque de acordo com (RAGO, 2004), só agora recentemente é que a questão da,

(...) situação das mulheres negras, já que estas têm sido as principais vítimas das discriminações e violências que pesam sobre as mulheres, às vezes pelas próprias mulheres. [Fruto de uma] herança colonial escravista, a mistificação da sexualidade das negras e mulatas no imaginário social, o mito da democracia racial brasileira, mascarando as violentas e dissimuladas formas de discriminação contra elas, são

² Este trecho de apresentação da SEPPIR, está dentro do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

problemas que apenas começam a ser discutidos e trabalhados na sociedade brasileira. (RAGO, p. 40, 2004)

Neste fazer, não podemos deixar de citar as mulheres que antecederam as quais iremos estudar, sobre o olhar da instrução daquelas que mesmo não tendo acesso a escola, deixaram um grande legado de exemplo e de luta. De organização social, de força, de coragem, por nunca desistirem dos seus objetivos em lutar pela liberdade do seu povo. É essa herança de obstinação das mulheres guerreiras africanas que moveram e ainda movem as mulheres afro-brasileiras.

Essas mulheres que antecederam são mulheres que deixaram marcados no tempo de suas sociedades o registro de suas lutas e resistências em prol de suas descendências. São elas: Dandara³, uma guerreira negra, capoeirista, mulher de Zumbi que lutou ao seu lado em defesa do quilombo dos Palmares. Não podemos deixar de mencionar Tereza de Benguela, mulher guerreira e administradora comandou o quilombo de Quariterê depois da morte do seu companheiro. Sua capacidade de liderança se destacou por causa da criação de uma espécie de Parlamento e de um sistema de defesa que ela desenvolveu para o quilombo.

A capacidade de comandar e guerrear elas trouxeram da África, pois desde a antiguidade em várias culturas e regiões da África a mulher estava à frente da organização política e social, uma vez que as comunidades matrilineares foram uma realidade em várias etnias. Como a exemplo de algumas dessas Rainhas apresentaremos Nzinga⁴. De acordo com o Instituto da Mulher Negra, assim chamada de:

Nzinga Mbandi Rainha da Angola (cerca de 1580-1663) também conhecida como Jinga, Singa, e Zhingá, ela liderou uma revolta fracassada contra o governo colonial Português depois de uma briga sobre o controle do comércio de escravos. Dois de seus líderes de guerra foram supostamente suas irmãs, seu conselho de assessores continha muitas mulheres, e as mulheres foram chamados para servir em seu exército. Nzinga formaram uma confederação de outras tribos e aliou-se com os holandeses, continuando a lutar contra o Português por mais de trinta anos.

Igual a ela existiu muitas outras líderes, que demonstraram sua força e impuseram o respeito aos demais que se colocavam contra suas ideias, para com seu povo. Assim como a

³ Biografia disponível em: <http://nossacausa.com/negros-no-brasil-quem-foi-dandara-dos-palmares/>

⁴ Biografia disponível em: <https://www.geledes.org.br/grandes-reis-e-rainhas-da-africa/>

Rainha Amina Mohamud⁵ – Nigéria – cerca de 1450 CE: Amina foi uma rainha guerreira muçulmana Hausa de Zazzau, no que é hoje central norte da Nigéria. Ela é o tema de muitas lendas, mas é amplamente considerado pelos historiadores como tendo sido um verdadeiro governante. Mito popular diz Amina era um guerreiro feroz e amado lutando. Ela evitou o casamento e, em vez ajudou Zazzau conquistar tribos vizinhas e tornar-se o centro do comércio norte Africano.

E ainda, Ndatté Yalla que foi a Rainha do Reino de Waalo, um reino localizado onde hoje é a República do Senegal; a Mentewab (ca. 1706-1727 June 1773), que foi a Imperatriz da Etiópia. Ambas tiveram participações muito importantes na sociedade Africana, principalmente elevando o gênero feminino africano a um grau de igualdade ou até mesmo de superioridade ao gênero masculino.

Não só em relação ao homem negro africano, mais ao homem ocidental. Essas mulheres deixaram um legado que já foi citado neste trabalho de força e de lutas que ultrapassa a fronteira do gênero feminino. Com certeza, foi essa herança que motivou outras mulheres e porque não homens, que seguindo seus exemplos lideraram seu povo por todo seu tempo. São heranças como estas que nos aproxima cada vez mais da sociedade africana. Foram essas guerreiras que

Instigaram as nossas mulheres negras afro-brasileiras por herança de parentesco a se tornaram símbolo de luta e resistência para suas futuras gerações. Assim como essas rainhas guerreiras africanas, ao longo da história do Brasil e principalmente no século XX, também registramos mulheres negras que nasceram e escreveram suas histórias e que continuam a nos inspirar, como é o caso de Laudelina⁶ de Campos Mello, que nasceu em 12 de Outubro de 1904, em Poços de Caldas, Minas Gerais. Aos sete anos de idade, começou a trabalhar como empregada doméstica, aos 16 anos deu início a sua atuação em organizações de cunho cultural, e foi eleita presidenta do Clube 13 de Maio, agremiação que promovia atividades recreativas e políticas entre os negros de sua cidade. Aos 18 anos, Laudelina mudou-se para São Paulo, onde se casou, mudando-se para Santos em 1924. Participou junto com seu marido da agremiação Saudade de Campinas, grupo cultural negro de Santos. Somente depois da separação em 1938, e com seus dois filhos, ela passou a agir de forma atuante em movimentos populares. Sua militância ganhou conteúdo político e reivindicatório com sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, em 1936. Ainda em 1936, fundou a primeira Associação

⁵ Idem. Portal Geledés

⁶ Biografia que pode ser encontrada em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/laudelina>

de Trabalhadores Domésticos do país, essa entidade foi fechada durante o Estado Novo, e voltou a funcionar em 1946. Laudelina trabalhou na fundação da Frente Negra Brasileira, ou seja, foi militante fundadora da maior associação da história do movimento negro, que chegou a ter 30 mil filiados ao longo da década de 1930. Mudou-se para Campinas em 1955, entrou para o movimento negro da cidade e participou de atividades culturais e sociais, especialmente com o Teatro Experimental do Negro - TEN⁷

Outra mulher guerreira que inspira a história de luta e resistência das mulheres negras no Brasil é Carolina⁸ Maria de Jesus, que nasceu a 14 de Março de 1914 em Sacramento-MG, cidade onde viveu sua infância e adolescência. Seus pais, provavelmente, migraram do Desemboque para Sacramento quando houve mudança da economia da extração de ouro para as atividades agropecuárias.

Quanto a sua escolaridade em Sacramento, estudou em um colégio espírita, que tinha um trabalho voltado para as crianças pobres da cidade, através da ajuda de pessoas influentes. Carolina estudou pouco mais de dois anos. Toda sua educação formal na leitura e escrita foi adquirida com base no pouco tempo de estudos. Mesmo diante de todas as mazelas, perdas e discriminações que sofreu em Sacramento, por ser negra e pobre, Carolina revelou através de sua capacidade de escrever a importância do testemunho, como meio de denúncia, da desigualdade social e do preconceito racial. Suas obras publicadas são: *Quarto de Despejo* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963), *Diário de Bitita* (1982), *Meu Estranho Diário* (1996), *Antologia Pessoal* (1996) e *Onde Estaes Felicidade* (2014).

Sua obra mais conhecida, com tiragem inicial de dez mil exemplares esgotados na primeira semana, e traduzida em 13 idiomas nos últimos 35 anos é *Quarto de Despejo* de 1960 - Diário de uma favelada. Essa obra registra e denuncia a realidade da favela do Canindé, em São Paulo, no início da modernização da cidade e do surgimento constante das periferias. Realidade cruel e perversa, até então pouco conhecida.

⁷ O Teatro Experimental Negro (TEN) foi criado por Abdias do Nascimento. Sua proposta foi a partir de 1944, quando foi fundado, no Rio de Janeiro, trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019

⁸ Ano de publicação de sua biografia 29 de julho de 2010. Pode ser encontrada em: coletivo cultural
<http://esperanca-garcia.blogspot.com.br/2010/07/biografia-carolina-maria-de-jesus.html>

Essa literatura documentária, pela narrativa feminina, em contestação, tal como foi conhecida e nomeada pelo jornalismo de denúncia dos anos 1950-1960, é considerada uma obra atual, pois a temática da conta de problemas existentes até hoje nas grandes cidades. Quarto de Despejo inspirou diversas expressões artísticas como a letra do samba, Quarto de Despejo de B. Lobo; como o texto em debate no livro *Eu te arrespondo* Carolina de Herculano Neves; como a adaptação teatral de Edy Lima; como o filme realizado pela Televisão Alemã, utilizando a própria Carolina de Jesus como protagonista do filme *Despertar de um sonho* (ainda inédito no Brasil); e, finalmente, a adaptação para a série *Caso Verdade* da Rede Globo de Televisão exibido em 1983.

Carolina sempre foi combativa, por isso era mal vista pelos políticos de esquerda e direita quando começou a participar de eventos em função do sucesso de seu livro. Por não agradar a elite financeira e política da época com seu discurso, acabou caindo no ostracismo e viveu de forma bem humilde até os momentos finais de sua vida. Carolina foi mãe de três filhos: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima. Faleceu em 13 de Fevereiro de 1977, com 62 anos. A obra de Carolina Maria de Jesus é um referencial importante para os estudos culturais e literários, tanto no Brasil como no exterior e representa a literatura periférica/marginal e afro-brasileira. Um exemplo de resistência, inteligência e capacidade que está marcada pra sempre na história da nossa cultura.

Nilma⁹ Lino Gomes nasceu em Belo Horizonte em 13 de Março de 1961 – Minas Gerais trabalhou como professora das séries iniciais nas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. A titular da SEPPIR foi a primeira mulher negra a chefiar uma universidade federal ao assumir o cargo de reitora pro tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), cargo que ocupou desde abril de 2013. Além disso, Nilma Lino Gomes integra o corpo docente da pós-graduação em educação Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG e do Mestrado Interdisciplinar em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (UNILAB). Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013). É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa

⁹ Mais informação a essa biografia disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/outubro/nilma-lino-gomes-e-indicada-como-titular-do-ministerio-das-mulheres-igualdade-racial-e-direitos-humanos>

em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da qual foi presidente entre os anos 2004 e 2006. A ministra da SEPPIR também integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (gestão 2010 - 2014), onde participou da comissão técnica nacional de diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros.

O comum entre essas três mulheres é o fato de elas terem nascido em Minas Gerais, estado onde desde a época da província a maioria da população era negra e escravizada, razão porque a legislação da época proibia tal população de acessar a escola, exceto os libertos.

Os aspectos educacionais das três personalidades denotam as diferenças que têm e confirma a dura realidade que tiveram que enfrentar frente a sociedade brasileira da época. Laudelina começou a trabalhar como empregada doméstica muito cedo, aos sete anos de idade e em sua biografia não há referência quanto a sua escolaridade. Entretanto, teve participação ativa em diversos seguimentos sociais. Inclusive com os que atuavam em apoio aos negros.

Carolina estudou pouco e não deu continuidade aos estudos em virtude das dificuldades que enfrentou, mais o pouco de estudo a que teve acesso soube aproveitar para relatar toda sua trajetória de vida caracterizada por uma realidade cruel, de pobreza, discriminação e que reafirma as desigualdades sociais e abandono a que a mulher negra vivia no Brasil e que relegou o povo negro a própria sorte. Situação e cenário que ainda se assemelha a contemporaneidade.

Nilma notadamente teve uma realidade melhor quando comparada as suas conterrâneas, mas nem por isso, deixou de ser discriminada por ser mulher negra. Sua trajetória escolar foi bem-sucedida e conseqüentemente sua carreira profissional e inserção no mercado de trabalho, sobretudo, no mundo acadêmico. Estas três realidades de mulheres negras mostram o quanto o Brasil ainda é um país desigual, injusto e racista.

Outro exemplo recente é a ¹⁰Diva Guimarães, alfabetizadora e professora de educação física aposentada após 40 anos de trabalho. Diva é neta de escravizada com

¹⁰ A essa biografia consultar <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/um-perfil-de-diva-guimaraes-professora-de-77-anos-que-roubou-os-holofotes-na-flip-21646524#ixzz4qjJiPOtY>

português, filha de uma lavadeira, que trabalhava em troca de material escolar para que a filha pudesse estudar. Professora negra de setenta e sete anos, natural de Curitiba - PR. Sua história chamou a atenção de todos, durante a FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty, edição 2017 no Rio de Janeiro. Quando em um dos seminários que discutia o racismo e a discriminação, ela relatou sua trajetória de escolarização, inclusive contando que passou fome, que foi discriminada e sofreu preconceito por ser negra quando estudava em um convento.

Depois dos relatos e histórias dessas mulheres que são guerreiras, mais, sobretudo, educadoras temos que concordar com Gomes (1995) quando afirma que:

Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços, e um conflito constante entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais. Representa também suportar diferentes tipos de discriminação. Ser mulher negra e professora expressa uma outra maneira de ocupação do espaço público. Ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional (GOMES, p.115, 1995).

Nesta afirmação Gomes (1995) faz um resumo e mostra como tem sido difícil ser mulher negra no Brasil. As dificuldades enfrentadas no dia a dia para ser mulher negra e professora; três condições sociais e políticas desde outrora desvalorizada pela sociedade brasileira sociedade e que exige da mulher negra ação permanente, visto o sexíssimo e o racismo ainda ser uma realidade no Brasil.

Essa autora nos faz perceber no decorrer de sua pesquisa e através dos relatos das mulheres negras pesquisadas, sobre a questão da humanização que construímos a partir dos seguimentos sociais e em comum com os demais sujeitos. A relação de construção indenícia de gênero se movimenta em diversos momentos e em diversos espaços. A família, a rua, a escola, a instituição religiosa em todos esses espaços a mulher negra constrói e reconstrói sua identidade de gênero e de raça.

A pesquisa empreendida por Gomes (1995) contribui para que percebamos ou tenhamos um olhar mais específico para a importância e o papel que esses espaços têm na vida da mulher negra. Principalmente a escola, cuja função é a de humanizar e desconstruir os estereótipos que culturalmente foi construído com relação a pessoa negra, o pobre e a mulher. Esses grupos já são marginalizados pela sociedade e ainda tem esse perfil reforçado através dos discursos proferidos dentro desse espaço educativo.

Os relatos de mulheres negras e professoras que Gomes (1995) traz em sua pesquisa são denotativos de que no processo de construção de suas identidades étnicas tais mulheres sofreram indecisões, ora se afirmavam como mulher e professora negra, ora negavam essa identidade, ou seja, passaram por uma crise de identidade. Sobretudo pelas intervenções postas pela sociedade e, por conseguinte o trauma adquirido em relação às desigualdades com a cor, o corpo, o cabelo, ou seja, o fenótipo.

As trajetórias de vida das mulheres interlocutoras de Gomes (1995), retratadas principalmente desde a infância, denota que estas tiveram sua autoestima afetada e conseqüentemente a construção das identidades, e afetividade futura, além de suas relações com o outro. Especialmente enquanto profissional docente e sua atuação como tal.

Ainda sobre o processo educativo de mulheres negras são pertinentes as discussões de Almeida (2009), vindo a nos mostrar o quanto essas mulheres foram prejudicadas no processo educativo por falta de políticas públicas voltadas para elas. Tal prejuízo foi identificado a partir das memórias das mulheres negras de Juiz de Fora. Na sua pesquisa, Almeida (2009) mostra as rupturas no caminho educativo percorrido por mulheres dos anos 1960 aos 1990. Ou seja, algumas mulheres tiveram acesso às modalidades de ensino primário e secundário, mas poucas conseguiram concluir as etapas ou até mesmo chegar ao ensino superior.

Nessa perspectiva, Silva (2010), afirma que, a educação tem uma função para além da subjetividade. Esta prática social desenvolve valores, criticidade, autonomia e o ponto principal liberta qualquer agente participativo desta prática do estado de opressão a que esteja submetido. De acordo com essa pesquisadora:

O principal objetivo das práticas sociais consiste em suprir as necessidades de sobrevivência e a manutenção dos bens, valores, costumes e cultura dos diferentes agrupamentos humanos. As práticas sociais podem corroborar para as transformações das realidades, tornando-as mais emancipadoras/libertadoras, ou podem contribuir para a manutenção das iniquidades, reforçando os processos de autoritarismos/alienações. (SILVA et.al, 2008, p. 2)

Assim como também pode ser uma ferramenta, um instrumento cruel de reprodução negativa como assegura Gomes (1995) ao comungar desta mesma opinião, em relação a dupla função que a escola pode assumir. E por conseqüência transforma os indivíduos em sujeitos alienados e alienadores e reprodutores de uma sociedade

excludente e machista.

Com tudo, graças às mudanças e transformações que todas as sociedades vêm passando, e principalmente com o empoderamento que as mulheres vieram adquirindo em gerações e em gerações. Tem levado as mulheres a um momento especial, vamos expressar assim. De modo que na atualidade e de forma geral, a mulher tem ocupado a grande maioria dos espaços sociais em alguns países, inclusive no Brasil. Essa ocupação se deve em primeiro lugar a chegada dessa mulher ao espaço escolar. Através desse processo escolar as mulheres alcançaram diversos patamares sociais. E em especial a mulher negra. Uma vez que na sociedade brasileira e em outras também como nos Estados Unidos, o espaço mais comum era a mulher negra como empregada doméstica servindo as famílias brancas e ricas da alta sociedade. A ascensão dessas mulheres começa pelos movimentos sociais, tendo em vista que cada dia elas vão empoderando-se e gradualmente vão tomando conhecimento dos seus direitos civis.

Aqui no Brasil podemos ver esse processo de Evolução dos Direitos Civis no livro Afro-Brasileiros Hoje de Darien J. Davis. Nos aponta para essa evolução perpassando por todas as fases políticas e sociais do Brasil. Que ele divide em seis períodos, são eles: Escravidão (1822-1888); Pós abolição (1888-1930); Segunda República, a Era Vargas (1930-1945); Transição democrática (1946-1964); Ditadura Militar (1964-1979); e Abertura política (1979- 1985). (DAVIS, p, 29, 2000).

A partir deste contexto surge através dos movimentos sociais as organizações e as “Ongs” que ajudaram nesse empoderamento aos afros brasileiros, incluído inclusive as mulheres negras. A exemplo do (MNU- Movimento Negro Unificado) que teve como ativista segundo Davis, Lélia Gonzales, personalidades importantes e que estão na atualidade em espaços também muito importante para dar continuidade e fortalecimento a esses direitos civis. Como é o caso da deputada federal ¹¹Benedita da Silva. Mulher negra, ativista, mãe e que ocupa o espaço político do nosso país. Ela formou-se com 40 anos de idade em Estudos Sociais e Serviço Social, foi a primeira mulher negra a chegar a Câmara de vereadores do Rio de Janeiro, a primeira mulher negra a chegar ao Senado federal. E nesses espaços que ocupou e ainda ocupa sua luta sempre esteve voltado para os direitos das mulheres. Sua biografia reflete a história de lutas e conquistas de outras

¹¹ Conferir em <http://www.palmares.gov.br/personalidades-negras-benedita-da-silva>

mulheres negras desse país. Assim como também nos apresenta o site de notícias, Brasil de Fato. Trazendo o registro de várias mulheres negras que, com muito esforço e muita luta conseguiram chegar ao ensino superior e a partir dele obtiveram outras conquistas. Acadêmicas das áreas de humanas, exatas e biológicas que superaram machismo acadêmico e o racismo. (BRASIL DE FATO, 2017). Enedina¹² Alves foi a primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil. (...) assim como ela também incluímos Viviane dos Santos Barbosa engenheira química, Luiza Bairros mestre em ciências sociais e também ativista do MNU¹³. Essas mulheres estão em ambos os espaços. Estão na medicina, na política, nas empresas privadas, no teatro, na música, nas áreas militares como marinha exército e aeronáutica, na área da construção civil, enfim, em todos os espaços que antes só eram ocupados pelos homens.

¹² Idem, site Brasil de fato

¹³ MNU- Em 18 de junho de 1978 representantes de várias grupos se reuniram, em resposta á discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robison Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira , sendo torturado no 44 Distrito Policial de Guaianases, vindo a falecer em consequência às torturas. Conferir em: <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-militao/>

CAPÍTULO II

2. EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: problemas e desafios

2.1. Uma síntese histórica dos desafios enfrentados pelas mulheres negras para chegarem à escolarização

No decorrer de cinco séculos demarcados pela diáspora negra e a certificação das elites religiosas e sociais locais e internacionais, a população da África e seus descendentes foram exploradas. Quer em nome da modernidade, de uma sociedade perfeita fundamentada em uma só etnia, modificaram e barbarizaram durante décadas e décadas com a história e com as vidas de milhares de africanos.

Foi no contexto diásporo que começou a trajetória e porque não dizer, a luta de muitas das mulheres negras que compuseram no passado e que compõe hoje a nossa sociedade. Mulheres que ansiaram e anseiam liberdade de seus pares através da educação. Nesse sentido buscamos neste capítulo discutir com a ajuda de alguns autores e algumas autoras, os problemas e desafios enfrentados pelas mulheres negras para terem acesso à escola.

Por muito tempo a sociedade brasileira se pautou pelo paradigma social, industrial e, por conseguinte educacional norte americano; para tanto neste capítulo tratamos inicialmente dos desafios enfrentados pelas mulheres negras ou não negras dos Estados Unidos, que lutaram desde o período da escravidão pela sua emancipação. Sobre este debate Davis (2016) nos relata que o mais esclarecedor de todos esses estudos recentes é a investigação de Herbert Gutman sobre a família negra.

Ao trazer evidências documentais de que a vitalidade da família se mostrou mais forte do que os rigores desumanizantes da escravidão, Gutman destronou a tese do matriarcado negro, popularizada em 1965 por Daniel Moynihan e outros. (...) De acordo com Gutman, embora as normas institucionalizadas da escravidão concedessem às escravas um alto grau de liberdade sexual antes do casamento, elas terminavam por se casar e constituir famílias com base tanto em suas decisões quanto nas de seus maridos. (DAVIS, 2016, pp.16-17).

A mesma concorda em relação (...). Os argumentos convincentes e bem documentados de Gutman contra a tese do matriarcado são extremamente valiosos. [Contudo sugere] Mas seu livro seria muito mais contundente se ele tivesse explorado de modo concreto o papel da multidimensional das mulheres negras no interior da

família e da comunidade escrava como um todo (DAVIS, 2016, p.17). Pois a mulher escrava independente de gênero, era vista como produtora de trabalho. Além de trabalhar igual ao homem, mesmo constituindo família como mostrado no trecho acima da citação, a mulher assume um papel de líder, de matriarca de sua família. Aqui no Brasil isso fica evidente na cidade de São Paulo no século XIX apontado por Dias (1984, p. 16) Apud Bernardo (1998) a existência, na cidade, de mulheres sós, de maridos ausentes, essa situação perdurou durante as primeiras décadas do século XX. A mesma afirma que essa forma de família – matrifocal – encontra algumas de suas raízes ainda na África e marcas profundas no regime escravocrata brasileiro. (...). Dessa forma, a família negra, que durante a escravidão era formada pela mulher e seus filhos, mantém essas características durante as primeiras décadas do século XX. (BERNARDO, 1998, pp. 59 - 61). Segundo a mesma autora

Se, de um lado, tradicionalmente, na África, a mulher já apresentava uma certa independência, de outro, a escravidão brasileira vai propiciar outros desdobramentos; assim, ao serem alforriadas antes que os homens, essas mulheres melhores condições de trabalho em espaços que estavam disponíveis, como cozinheiras, amas, doceiras, marmiteiras, lavadeiras... (BERNARDO, 1998, p. 61).

A emancipação da mulher seja ela, no Brasil ou nos Estados Unidos, que seja corporal ou intelectual, foi também uma forma de resistência, assim como foi a educação um forte aliado para a emancipação da maioria do povo negro na luta pela liberdade. Na América do Norte continua Davis (2016), O modelo de educação existente era visto como inadequado para os (as) escravizados (as) pelos antigos proprietários. Segundo os escravocratas se você der a mão a um preto, ele vai pegar o braço. O estudo vai estragar até o melhor preto do mundo. [E] Apesar da proibição de seu senhor (...). Mesmo assim alguns escravizados e escravizadas conseguiram aprender a ler e a escrever escondidos como a autora nos mostra na descrição da entrevista de uma escravizada chamada de Jenny Proctor em suas lembranças:

Nenhuma de nós tinha permissão para pegar um livro ou tentar aprender. Diziam que ficaríamos mais espertas do que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós circulávamos por ali, pegávamos aquela velha cartilha Webster de capa azul e a escondíamos até a noite e, então acendíamos uma pequena tocha e estudávamos aquela cartilha. Nós também decoramos o livro. Agora sei ler e escrever um pouco (DAVIS, 2016, p.108).

Contrário a essa concepção estão (...) os poderes mistificadores do racismo [que] emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. [...] Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. [Contudo] (...) se fossem realmente inferiores em termos biológicos, às pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. (DAVIS, 2016, p.109).

Pois é, estavam todos enganados ao pensarem que os povos de cor não fossem capazes de aprender. [Continua a autora] Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. Ao chegar a emancipação tão sonhada pela nação escravista, os antigos proprietários tentaram persuadir - lós, dizendo que aquela liberdade estava ligada a religiosidade e não ao contexto político social. Milhões de pessoas negras – especialmente as mulheres – foram convencidas de que a emancipação era a “vinda do Senhor”. [Com tudo] (...) a população negra não estava dando vazão a um frenesi religioso. [Porém] Essas pessoas sabiam exatamente o que queriam: mulheres e homens almejavam possuir terras, ansiavam votar e estavam dominados pelo desejo por escolas. (DAVIS, 2016, pp.107-108).

Percebemos nesse diálogo com a autora, que apesar das dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras durante o processo de emancipação e mesmo depois, por um longo período dessa conquista, as dificuldades continuaram. Mas o processo de resistência também continuou nas ações de cada uma das mulheres negras norte americanas. Pois ações estavam presentes no cotidiano de cada uma. Desde o modo de articulação em pegar uma cartilha ou um livro e esconder para depois aprender a ler e a escrever não só para se, mas como forma de repassar para as demais, e assim conhecer suas leis, seus direitos se articularem enquanto grupo, em quanto ativistas e se mobilizarem em prol do seu povo e dos demais. Ou ainda como (...) uma ex-escrava que havia comprado a própria liberdade abriu uma escola na cidade de Nova York, (...) para pobres. Seus alunos, que ela buscava em abrigos, vinham tanto da população negra quanto branca (...). (DAVIS, 2016, p.109)

No Brasil as pessoas negras sofrem influência do processo educacional internacional, sem contar que, as autoridades educacionais pertencentes à burguesia

brasileira afirmavam existir a democracia racial. Essa mesma elite almejava uma sociedade pura sem miscigenação. E conseqüentemente o branqueamento da sociedade brasileira. Ou seja, mantinha-se a discriminação velada em relação às pessoas negras. Com isso o uso do sistema educacional foi uma arma eficiente para esse fim. Um exemplo disso é o que aconteceu no Rio de Janeiro no final da década de 1930 e 1940, quando professores/as negros/as não eram mais vistos nas instituições de ensino. Ou seja, foram excluídos, conforme enuncia DÁVILA (1970), em seu estudo denominado Diploma de Brancura. Segundo esse pesquisador, a educação para a classe mais pobre como era o caso das crianças negras, estava voltada para a profissionalização. Mais especificamente para os meninos negros ou pardos pobres.

Na década de 1920 havia predominância masculina no sistema educacional. (...) as escolas vocacionais da cidade eram uma alternativa para meninos pobres e sem recursos, em geral de cor, e muitas vezes descalços ou com sapatos gasto. (...) (DÁVILA 1970, p. 151).

Com o advento da industrialização e modernização almejada pela elite urbana, o objetivo da educação destinada às classes pobres era exclusivamente a formação para o trabalho, ou seja, a formação de mão de obra qualificada, de modo a atender as demandas advindas do progresso almejado. (...). Embora pobres, os meninos tinham acesso a modelos adultos do sexo masculino como seu professor (...). [Assim como essas crianças] (...) esses professores de cor vinham principalmente de famílias pobres e haviam sido educados por instituições religiosas de caridade. Eles se valiam de sua educação básica para ensinar as “primeiras letras” nas escolas públicas. (DÁVILA, 1970, p. 158). Por este motivo esse autor registra a presença nesse período de professores de cor nas escolas. Segundo esse pesquisador os homens de cor participavam principalmente da instrução vocacional e da administração escolar. E acrescenta que (...) Na virada do século, o sistema escolar do Rio de Janeiro contava com diversos professores, administradores e diretores de escola de cor. (...). (DÁVILA, 1970, p. 149).

Mesmo assim percebeu-se que a presença de professores negros foi diminuindo ao passo que se inverteu os papéis e passou a ter um aumento significativo das mulheres de cor nessa profissão. Acredita-se que tenham sido por causa do processo de industrialização que estava se instalando e a procura pelo sexo masculino

principalmente de homens negros e pardos para essa área era frequente. Com a migração de homens negros, entre eles professores para o trabalho nas indústrias, houve o aumento das mulheres no setor da educação. Surgindo a concepção de que a mulher fosse melhor para essa profissão por já está acostumada com crianças, com o cuidar delas e conseqüentemente com a transmissão do conhecimento relacionado ao educar. Assim nos sinaliza Pereira & Favaro (2016)

De acordo com o positivismo, a educação deveria se iniciar na família, por isso se atribuiu à mulher o papel de educar e passar valores morais às novas gerações. Sua aceitação na carreira docente foi possível com argumentos de que é da própria natureza da mulher ser generosa, acolhedora, amorosa e paciente. O magistério, portanto, representava uma extensão do lar: a mulher possuía dons naturais para educar seus filhos e agora, como professora, era a pessoa ideal para educar os alunos. (PEREIRA & FAVARO, 2016, p. 6.)

Assim as mulheres se encaixaram na nova concepção profissional que os reformadores da educação acreditavam ser melhor para o sistema de ensino daquele momento. Outra forma de atribuir as mulheres esse ofício está também ligado a questão da inferioridade salarial dada a profissão professora. Pois os homens não aceitavam os baixos salários oferecidos às professoras, e por isso, foram em busca de ascensão profissional e salarial em outro ramo, já que a própria sociedade estava em crescimento industrial.

Em meio a essas condições se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho, na área da educação. Com o surgimento da Escola Normal, instituição criada inicialmente para instruir somente as mulheres e futuras professoras do país, as exclusões passaram a existir, mesmo entre as mulheres brancas e abastadas. Mesmo recebendo as instruções nem todas tinham acesso ao sistema de ensino público para trabalharem como professoras. Salvo as que tinham apadrinhamento. Já os professores negros que trabalhavam nas escolas urbanas, só conseguiam emprego porque tinham nível muito alto de instrução. Diferente das professoras negras, conforme nos afirma Dávila (1970);

Embora no final do século XIX os governos estaduais tivessem começado a organizar escolas normais que ensinavam aos professores, em 1950 apenas 60% dos professores eram formados pela escola normal. Em vez de receber

treinamento profissional, os professores do ensino elementar costumavam ser formados no secundário, às vezes nem isso. Frequentemente tinham um “padrinho” poderoso que intervinha no sistema escolar e ajudavam os a serem nomeados. (DÁVILA, 1970, p. 158-159)

As dificuldades não eram só enfrentadas pelas mulheres negras quando buscavam escolarização. Isso também se refletiu quando elas buscavam entrar no mercado de trabalho. Como é o caso de uma das minhas colaboradoras ao expor a sua realidade:

E parei de estudar, passei oito anos sem estudar. Quando eu casei. Quando eu fui, precisei procurar um emprego, o emprego que apareceu pra mim foi pra eu ser auxiliar de ensino. Eu não sabia nada na área de educação. Então auxiliar de ensino e realmente não era pra ser auxiliar de ensino. Era para ser professora, ganhava como auxiliar, mais eu iria ser professora em uma favela (Dona Guia, 66 anos, professora).

As mulheres brancas também sofreram com a exclusão e discriminação, nesse caso, a discriminação estava ligada ao gênero do que a etnia. Era o contrário do que acontecia com as meninas e jovens negras que buscavam instrução e, por conseguinte a profissionalização para conseguirem emprego nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Fato que ocorria também nos demais estados do Brasil. Acerca desta questão, Dávila citando Barros (2006, p. 160) afirma que:

Muitas jovens ethiopes, que se diplomam educadoras, lutam para conseguir lecionar e tem que o fazer particularmente, na impossibilidade de trabalhar para o estado. A maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos, e vão para a costura, condição máxima que pode desejar a mulher às consideradas características da descendência africana (DÁVILA apud BARROS, 1935).

O processo de discriminação e exclusão além de acontecer em todo o país, foi excluindo as pessoas negras do sistema educacional, principalmente devido à presença e ao trabalho dos reformadores do sistema de ensino no Brasil. Preferencialmente nas escolas normais, que preparava a mulher para ser professora nas escolas públicas dos estados, a presença de alunas negras era pequena ou inexistente.

Com os pressupostos do sistema de ensino internacional, trazido ao Brasil por Anísio Teixeira que tinha acabado de chegar de Nova York, a educação brasileira foi contaminada pelo modelo educacional *Novayorkiano*. Que o mesmo almejava colocar

em prática no país. As reformas, como toda mudança traz sempre desconfiança, uns achavam que ia ser bom para o sistema, já que acabaria com os privilégios, e apadrinhamentos. Para os que eram beneficiados com isso, com certeza não gostaram da reforma. Por outro lado, a reforma da escola normal, que depois se transformou em Instituto de Educação, evidenciou a exclusão das pessoas negras, especialmente as mulheres que pretendiam entrarem nas escolas normais para ingressarem no magistério. Conforme enuncia Dávila (1970).

A nova instituição foi concebida como um filtro entre o público e a política educacional: restringia o treinamento de professores a um grupo de mulheres cada vez mais de elite (...). O novo Instituto de Educação reforçou os obstáculos enfrentados por brasileiros de cor tanto na educação quanto no emprego (DÁVILA, p. 173, 1970).

Além disso, ainda havia os treinamentos rigorosos que também faziam parte do processo de exclusão que dificultava a entrada das pessoas negras na instituição de ensino mediante critérios de avaliação para admissão. Como prova escrita, exames médicos, avaliação do sistema respiratório, psicológico, biofísico incluindo altura, peso, resistência física, higiene pessoal etc. Uma evidência disso estão nas memórias da Sr.^a Maria da Guia ao lembrar-se de como se deu o seu processo de escolarização. Ao mencionar disse que, teve que passar por este teste, para poder continuar dando sequência a sua formação. Se referindo a segunda etapa dos seus estudos explicou que:

Bem, primeira coisa eu fiz, eu estudei o quarto ano. Depois do quarto ano existia uma prova de admissão que a gente fazia aquela prova, se fosse aprovado aí continuaria a estudar na série seguinte. E foi o que aconteceu comigo. Eu fiz essa prova no ginásio agrícola, fui aprovada, fui uma das primeiras aprovada. E fui estudar no ginásio agrícola. (Dona Guia, 66 anos, e professora há 48 anos).

No caso se alguma aluna negra conseguisse passar por todos os critérios e entrasse para a instituição escolar constantemente ela era avaliada pela maioria das suas colegas brancas. Era uma forma de pressão psicológica. Mesmo que não fosse explícito ou intencional, a avaliação por parte da turma ocorria, e se constituía em mais um obstáculo para essas estudantes, o que as impediam de permanecerem na instituição escolar. Isso fazia com que muitas delas desistissem da carreira profissional.

Assim, a elite com seu projeto transformador para educação camuflava a discriminação racial e econômica através dos métodos utilizados como critérios para avaliar quem se submetesse a uma vaga no Instituto de Educação no Rio de Janeiro. Se dizendo fazedores de um modelo educacional exemplar para todo país, as elites impuseram as mulheres negras várias barreiras, o que fez com que elas tivessem que provarem uma capacidade superior das demais. Pois tinham que se saírem muito bem em todas as atividades a elas atribuídas. Seja nos estudos, seja, no mercado de trabalho, as mulheres negras tinham sempre que provar que eram capazes de se sair bem em tudo. Porque não dispo de as mesmas condições, das mesmas oportunidades que a grande maioria dos estudantes tinham. Então elas tinham obrigação de serem melhores que as demais.

Era na verdade um tipo de imposição embutida no sistema educacional. Isso fica evidente quando a professora Guia afirma cima: “Eu fiz essa prova no ginásio agrícola, fui aprovada, fui uma das primeiras aprovadas”. Outra dificuldade relatada por elas está relacionada ao tempo que as mesmas tinham para continuar seus estudos durante a fase adulta, já que também tinham que trabalharem. Oxe! Muita dificuldade! Eu trabalhava de manhã, trabalhava de tarde e estudava de noite na Escola Normal. (Dona Guia). [E] (...) eu trabalhava durante o dia e estudava a noite. Eu mim escrevi para fazer o mestrado em matemática e não cursei porque não tinha tempo por causa do trabalho ou eu estudava ou trabalhava. Assim nos revelou a professora Tânia. Conforme Guimarães (2008), esta situação é causada por três variantes que demonstram essa desigualdade.

(...)Primeira, a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos: aqueles que não precisam trabalhar tem um desempenho melhor no vestibular. Segunda, e relacionado a esse, o turno em que cursou a escola secundária: aqueles que estudaram no período diurno tem mais sucesso. Terceira, a natureza do estabelecimento de 1º e 2º graus em que se estudou: aqueles que cursaram escolas públicas estaduais e municipais tem menos possibilidade de sucesso. (GUIMARÃES, p. 119, 2008)

Concordamos com o autor em partes, em relação a primeira e a segunda variáveis, já que realmente é muito difícil conciliar trabalho e estudo durante a vida adulta. Pois a maioria dos (as) estudantes, especialmente para as mulheres a jornada é muito mais complicada tendo em vista que elas além de estudantes, trabalham dentro e fora de casa. Isto fica claro nos depoimentos das professoras quanto a necessidade de

estudar para dá conta do trabalho de ambas. E em especial para a situação da professora Guia, sobretudo por que a mesma já estava em sala de aula e não tinha a parte teórica que lhe desse um embasamento. Por isso, foi mais difícil, e fez com que ela só enxergasse uma única dificuldade, que era a volta para casa à noite após o término das aulas, esquecendo os demais problemas. Ou, seja, esses problemas se tornaram menores diante da responsabilidade de terminar o curso e principalmente por ser no turno da noite, os perigos que ela estava exposta ao voltar para casa. Até mesmo porque ela não tinha escolha, ou ela fazia o curso e garantia seu trabalho, seu sustento, sua independência financeira, ou iria depender do seu esposo, coisa que ela nunca quis.

Quanto a terceira não aderimos, pois acreditamos que a escola pública sempre foi uma das melhores instituições, é tanto que no início era difícil conseguir uma vaga para estudar e se manter nela estudando. E hoje vemos que a mesma, apesar da demanda e das dificuldades que enfrentam grande parte dos (as) estudantes oriundos dela, tem chegado com mais frequência as universidades com mérito próprio.

E também com muito esforço tem conseguido concluir seus estudos. Sobretudo os (as) negros (as) desse país, como foi o caso das professoras aqui citadas neste trabalho. Que conseguiram chegar a universidade com muita dificuldade. A exemplo da professora Guia que como já citamos no decorrer deste trabalho, já estava em sala de aula quando precisou fazer o curso de pedagogia. A mesma não tendo tempo nem condições na época em fazer o vestibular específico da universidade desejada. Viu sua oportunidade chegar quando a secretaria de educação do seu município publicou a disponibilidade de inscrição para professoras que já estava em sala de aula e ainda não tinha a licenciatura em pedagogia.

O curso oferecido se denominava pedagogia em serviço. Mais quando ela chegou ao local para se inscrever, a moça olhou para ela e disse que as vagas tinham se encerrado. No ano seguinte para fazer esta mesma inscrição os candidatos (as) tinham que fazer uma prova de vestibular seguindo os mesmos critérios das universidades. Segundo a professora, ela se inscreveu, mais teve que se dedicar muito para conseguir entrar e cursar. Foi assim que ela conseguiu o diploma do curso de pedagogia em serviço, em regime especial. Ao contrário do que pensou Guimarães (2008), que continua afirmando em sua síntese

(...) parecem ser múltiplas as causas da pequena absorção dos negros: elas têm a ver com a pobreza, qualidade inferior da escola pública, preparação insuficiente, pouca persistência, que reflete falta de apoio ou recursos familiares e comunitários, e com a forma de seleção. (GUIMARÃES, p. 120 - 121, 2008)

Prosseguimos em discordância com o mesmo, pois não é o caso do processo ensino aprendizagem das professoras aqui citadas, como também se nos aprofundarmos em outras pesquisas, veremos que na sua grande maioria não se trata de pouca persistência por parte dos (as) estudantes Negros (as). Ao contrário, a persistência é uma característica própria do povo negro, de não desistirem diante das dificuldades enfrentadas. Nem tão pouco falta de apoio familiar. Contrariando o autor, mais quanto a família é humilde, mais reforça que o estudo é importante para os (as) filhos (as).

Tem uma frase muito comum no seio dessas famílias que é: “a única herança que nós podemos deixar para vocês é a educação”. Falta de recursos sim, concordamos, pois vivemos em um país extremamente desigual, tanto socialmente quanto politicamente. Tivemos um sistema educacional desigual, baseado em uma educação tradicional que por muito tempo agiu com regras duras, servindo de punição e não de libertação. Conforme relatou uma de nossas colaboradoras:

Não, não foi um contato muito favorável. Porque, não era uma escola onde tivesse muitas crianças. Eram poucas crianças e era um professor que dava aula. Então nesse...nesse espaço de tempo, a gente tinha que aprender o que ele mandasse. Por exemplo: o alfabeto a gente tinha que tá na ponta da língua, até a letra que, que o professor marcasse, a gente tinha que aprender para que no outro dia o que ele perguntasse sobre aquelas letra agente falar. Só, que quem errasse, cada letra era um bolo que levava. E eu tinha muito medo, porque eu não, nunca apanhei dos meus pais. Aí eu tinha medo de, de enfrentar uma palmatória daquela, o professor pegar minha mão e dá uma palmatorada, porque eu via dá nos outros. Então, eu mim agarrava de noite com minha cartilha. E nesse período estudava até decorar, num era aprender, decorar mesmo para quando ele falasse eu tá com as letrinhas na ponta da língua. (Dona Guia)

Esse foi o contexto que essas professoras viveram e vivenciaram os problemas e desafios de suas experiências escolares e profissionais.

CAPÍTULO III

NARRATIVAS EDUCACIONAIS DE MULHERES NEGRAS PARAIBANAS: lembranças do ato de ensinar e aprender em escolas públicas

A memória¹⁴ está relacionada à faculdade através da qual o indivíduo é capaz de preservar ideias, imagens ou outras coisas; função que permite a conservação de experiências do passado, manifestando-se normalmente através de lembranças ou comportamentos. Ainda acrescenta Bosi¹⁵ que, ouvindo depoimentos orais constamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências.

Desse modo, por ser um fenômeno subjetivo do ser humano, cada um vivenciará, sentirá novamente todas as sensações que viveram no passado e agora de modo particular no presente. Por isso nem sempre é fácil evocar as lembranças, rememorar. Pude sentir isso na relação com as minhas colaboradas ao relembrar suas vivências durante as entrevistas. Porque recordar requer esforço mental, e nem sempre ele traz imagens ou assuntos positivos.

Por isso, a memória é um trabalho, trabalho mental. Nesse sentido, através da memória individual dessas mulheres, buscamos entender como se deu o processo de escolarização de cada uma delas. E de outras que estiveram e ainda estão passando por esse mesmo processo, além de ao mesmo tempo estarem transmitindo conhecimentos para assim contribuírem com outras pessoas nesse fazer dialético. Ação pela qual envolve troca e aquisição de conhecimento. Nesse sentido,

É preciso compreender que os sujeitos envolvidos no processo educacional – professores, professoras, alunos, alunas, pais e mães – constroem diferentes identidades ao longo da sua história de vida e profissional. A escola é um dos espaços que interfere e muito no complexo processo de construção das identidades. O tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Esse tempo registra lembranças, produz experiências e deixa marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso à educação escolar. Tais fatores interferem nas relações estabelecidas

¹⁴ Consultar em <https://www.lexico.pt/memoria/>

¹⁵ Bosi, Ecléia. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, paginas 44-53 ISBN 85-7480-151-8

Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=fml11kv9qVIC&printsec=frontcover&dq=Ecleia+bosi&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjfmtHj2r_ZAhUJh5AKHbs3Di0Q6AEIKjAA#v=onepage&q=Ecleia%20bosi&f=false

entre os sujeitos e na maneira como esses vêm a si mesmos e ao outro no cotidiano da escola (GOMES, 1996, p.68).

Comungamos dessa mesma concepção da autora, quando tratamos aqui justamente da trajetória escolar de algumas professoras negras. Muitas delas devem ter passado por diversas experiências igualmente as trazidas por Gomes (1996), na relação com a escola e na vida dos sujeitos que permeia esse ambiente. Quão complexos são os relacionamentos que se constroem nesse espaço. Levando em consideração principalmente o eu de cada indivíduo diante das situações problemas. Especialmente quando os problemas estão relacionados a fatos de discriminação ou preconceito. Seja ele qual for, por cor da pele, situação econômica, estética corporal etc. Dependendo da ocorrência e como cada sujeito recebe a ação, ela tem duas percepções: a positiva e a negativa. Caso seja positiva as ações das inter-relações entre si, podem elevar a autoestima, já em outros não. Vai depender de como o sujeito está psicologicamente. Pois se as mesmas ações forem negativas influenciará profundamente e até mesmo podendo chegar a traumatizar alguns dos sujeitos ou fortalecer nas suas afetividades e vice-versa, depende da subjetividade de cada um.

Portanto, como numa colcha de retalhos vai sendo construído a teia de relacionamentos. Seja ele professor/professor, aluno/aluno, aluno/professor e professor/aluno. Assim como os demais indivíduos que compõem o espaço escolar. Desse modo, em algum momento da vida, o indivíduo deixará transparecer o assunto, seja de forma negativa ou positiva. Tomados por conhecimento, imaginemos agora os desafios que os sujeitos deste trabalho devem ter enfrentado para construir sua trajetória escolar? Pois é!

Sabemos que a pessoa negra por muito tempo nesse país não teve acesso a escola por causa da cor da pele e conseqüentemente também devido a situação econômica. Agora imaginem a mulher negra! Além da cor da pele ainda tem a condição de ser mulher. Se bem que essa questão de gênero não foi imposição na trajetória escolar das professoras aqui abordadas. As dificuldades por elas enfrentadas estão mais presentes a discriminação racial e econômica sorrateiramente imposta pela sociedade.

Conforme os relatos abaixo quando perguntamos, **você sofreu ou presenciou alguma discriminação ou preconceito racial no seu período escolar? Ou outro tipo de discriminação e preconceito? Se sim, qual?**

Sim. Vários. Um deles foi quando eu era criança, porque era assim, a escola que eu estudava com minhas irmãs era muito longe da minha casa. Nesse tempo nós morávamos em Lagoa Seca e meu pai nessa época trabalhava com tratores, catrepila. E assim carro era difícil para irmos para escola. Então nós íamos de catrepila, trator, eu tinha um cabelo rrsrs um cabelo espichado e com o trajeto para escola chegava toda assanhada e aí quando eu chegava na escola os meninos começava a chamar: cabelo de pixaim! Cabelo de pixaim! Eu chorava e ficava toda recuada. Eu acho que era porque eu e minhas irmãs éramos um pouco assim... Não sei um pouquinho preto né? (Tânia, 60 anos e professora há 36 anos)

Na mesma perspectiva, a Sr.^a Maria da Guia nos disse que quando estudava passou dificuldades por causa das condições financeiras dos seus pais, por serem pobres e por isso não tinha dinheiro para comprar o que ela precisasse, mais o essencial para estudar.

Sim, lembro muito bem. Principalmente para comprar livros e fardamento. Como minha irmã conhecia as freiras da escola das Damas, ela falava com as freiras para conseguir farda usada das alunas e minha irmã quando chegava em casa reformava essas fardas que ficava como nova para mim poder estudar. E os livros que meus pais não podiam comprar porque nós éramos muito pobres, minha irmã conseguia com o padre que ela também conhecia porque ela trabalhava com o bispo. E ele entregava um bilhete a ela e mandava que ela fosse pegar os livros na livraria que ele pagaria depois. E assim foi minha vida escolar. Mais apesar das dificuldades eu sempre tirava notas boas e passava em primeiro lugar. (Dona Guia 66 anos e professora há 48 anos)

Nestes depoimentos vemos que foram inúmeras as dificuldades vividas por essas senhoras, quando meninas, hoje mulheres adultas. O quanto foram marcantes para elas, as experiências vividas no ambiente escolar, enquanto estudante no início de sua escolaridade na infância. Uma realidade que está em consonância com o contexto que Gomes traz. A ele podemos acrescentar também o que os PCNS propõem quanto a esse mesmo assunto. Conforme este documento.

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo [de relacionamentos]. (...) porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. (...) porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. (...) porque a escola apresenta a criança

conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo (BRASIL, PCN, v.10, p.23, 1997).

A proposta do documento em relação ao papel da escola é muito interessante, mais observando os depoimentos acima, vemos que todas as vivências negativas aconteceram dentro da escola. Isso por que na época em que aconteceram ainda não se tinha um olhar voltado para a concepção de que a escola é uma instituição promotora das capacidades dos sujeitos seja individual ou coletiva. Como o documento propõe. E, portanto, as experiências vividas por todos (as), ficaram e ficarão marcadas para sempre nas lembranças das mulheres com quem conversamos. Quando perguntamos, se **sofreram ou presenciaram alguma discriminação ou preconceito racial na sua área de trabalho? Ou outro tipo? Se sim, qual?**

Em um dos casos a discriminação ocorreu quando nossa interlocutora buscava ainda conseguir o emprego e a outra, já trabalhava. Vejamos;

(...) quando casei precisei procurar emprego pela necessidade e pela conquista da independência financeira. Fui no gabinete do prefeito daquela época que o conhecia. Ele mim deu um bilhete para eu ir falar com a representante do SINE- Sistema Nacional de Empregos de Campina Grande da época, mim encaminhando para uma vaga de secretaria de alguma das escolas do município. Chegando no local entreguei o papel escrito a moça, ela nem mim deu atenção, mim ignorou. Uns dez minutos depois ela mim olhou dos pés à cabeça. E como eu estava mal vestida, ou seja, vestia roupas simples, na época eu não tinha condições de comprar nada, nem um confeito. Ela achou que o cargo não era compatível com minha aparência. Então ela falou pra mim que eu aguardasse em casa e que quando aparecesse uma lavagem de roupa ela mim ligaria. Isso mim deixou muito irritada. (Dona Guia, 66 anos, e professora há 48 anos).

Segundo Dona Guia por ela ter a pele um pouquinho escura e estava malvestida, isso fez com que a atendente do local fizesse de conta que não a enxergava e conseqüentemente a discriminasse. Também por já está intrínseco na própria sociedade o determinismo, o preconceito contra a pessoa negra, a mulher negra, basta um olhar para determinar quem pode e quem não pode exercer algum cargo ou função mediante a aparência. Sem dúvida essa era a frase que sempre vinha acompanhada de uma desculpa para não ocupar uma vaga na escola e mais tarde uma vaga de trabalho em setores que não fosse de doméstica em casa de famílias, ou outro cargo inferior conforme nos relatou a professora Tânia.

Sim. A outra foi quando eu ensinava numa escola que não vou citar o nome né? Então essa minha chefe, tinha duas professoras. Uma era bem alvinha,

bonitinha sabe? E a outra era eu, só, que teve que afastar uns prestadores de serviços. Só que eu fiquei como o que? Como vigia. E a outra professora não, ela disse: Tânia eu vou te botar como vigia. Era muito tempo que eu estava na sala de aula. Essa outra chegou tinha pouco tempo. Fazia umas duas semanas. Aí eu disse não! Se eu estou aqui a quase dez anos porque eu e não ela vai ficar de vigia? Só que ela disse: olhe Tânia você vai decidir, ou você fica ou vai perder escolha. Ou então você vai ficar na portaria como vigia. Para não perder. Aí eu tive que aceitar né? Só que eu achei que foi mais por causa da minha cor, por causa dessas coisas. Já dos alunos eu nunca tive... Das crianças não. Mais dos adultos sim eu sofri.

De acordo com os depoimentos das professoras, podemos perceber que nas experiências vividas por elas, de uma forma ou de outra existiu a discriminação. Seja étnica ou econômica. Entretanto, ambas afirmaram não terem sido discriminada pelos seus alunos durante suas docências. Quanto à dificuldade de exercer a profissão Dona Guia relatou durante a entrevista que sofreu muito porque segundo ela

(...) esta profissão eu não escolhi. Ela caiu assim, de paraquedas. Porque a primeira coisa eu queria era mim formar em engenharia. (...). Eu não sabia nada na área de educação.

Esse depoimento é denotativo de que no início da carreira profissional dessa professora ela não tinha a prática e nem a vontade de atuar nessa área. O que deve ter sido muito difícil para ela. Segundo Dona Guia o que a fez mudar de opinião foi ver que a sua pobreza era menor do que a daquelas crianças que ela recebeu para ensiná-las, educa-las. Ou, seja, ela tinha o compromisso maior com as crianças que ia além do querer dela. Assim ela disse que;

(...) foi justamente a carência dessas crianças (...). Então eu via aquela situação daquelas crianças, uma calamidade pública. Então isso fez com que eu voltasse a estudar, voltasse a fazer o pedagógico.

No caso específico dessa professora foi à situação das crianças que a motivou escolher e continuar exercendo a profissão. No caso da professora Tânia, quando perguntamos, **porque escolheu essa profissão?** A mesma declarou que foi porque...gostava, gosto né, muito de crianças e mais incentivo da minha mãe. O que podemos perceber diante das declarações é que ambas passaram por experiências do

ensinar e do aprender mesmo que não houvessem a intencionalidade. Entretanto, porque esta ação é inerente ao ser humano como algo involuntário, acontece independente de quereremos ou não.

A experiência vivida pela senhora Guia no início da sua profissão, lhe trouxe uma carga de conhecimento positiva de ensino e aprendizagem que certamente a conduziu com outro olhar para a sua prática. E, por conseguinte para a sua identidade profissional e pessoal. Pois (...). Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, p. 23, 1996). Assim sendo, a professora Guia obteve um grande aprendizado mediante as realidades vividas por ela e pelas crianças.

De acordo com o que ela já trazia em sua bagagem de experiências pessoais e humanas diante da situação que a mesma tinha que enfrentar. Do mesmo modo as crianças comumente aprenderam com ela e ensinaram também. Do mesmo modo ocorreu aprendizagem com a experiência que a professora Tânia vivenciou. Mesmo ficando chateada com o cargo de vigilante que foi imposta a desempenhar e desempenhou, essa professora conseguiu adquirir mais conhecimento para sua vida profissional. Pois, diante desta experiência ela foi capaz de saber e de conhecer um pouco mais sobre as atribuições de um dos membros que compõe o ambiente escolar. Sendo assim ambas vivenciaram, aprenderam e ensinaram fazendo jus as suas pertenças e características humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo, investigar a partir de narrativas individuais de mulheres negras docentes em exercício, suas dificuldades e desafios encontrados e enfrentados no processo de escolarização. Durante sua infância e fase adulta. Para tanto, entrevistamos duas professoras que gentilmente colaboraram com este estudo. Através da pesquisa bibliográfica e dos depoimentos das professoras, foi possível identificar dois fatores que marcaram a educação brasileira. Excludente e punitiva. O primeiro fator nos foi mostrado a partir dos autores Romão e Fonseca (2005), em que os mesmos sinalizam que a educação foi negada aos escravizados e principalmente aos ex escravos de cor. Isso no Brasil Colônia, onde estava se falando de educação para os meninos. Ainda nesse período não se falava em educação para as meninas. A educação no Brasil já nasceu com o propósito excludente, que mais tarde essa exclusão foi apenas se modificando através das regras severas. Com isso escondia o sentido de excluir. Regras que nos foi apresentada por Dávila (2006), especialmente no ano de 1920 no Rio de Janeiro. E que depois se espalhou por todo o país, inclusive na Paraíba, onde ocorreu a pesquisa afirmando por meio das entrevistadas uma dessas regras que era os exames de admissão. E o segundo fator punitivo, porque com um modelo de educação tradicional se exigia mais do estudante que do professor. O professor era o centro desse processo de ensino aprendizagem, ao invés de ser o estudante. A metodologia baseada na repetição dos conteúdos com intuito de decorar e não de aprender, como foi dito no decorrer do trabalho por uma das colaboradoras.

Neste contexto podemos entender que não foi fácil para as mulheres entrevistadas nesta pesquisa passar por toda essa trajetória escolar e ainda conseguir passar para seus alunos todos os dias em sala de aula, que a educação é a única arma que eles têm para transformarem a sua realidade e a dos que estão a sua volta. Apesar das mesmas relembrem situações constrangedoras que passaram enquanto criança na escola ou enquanto professoras no início de suas carreiras.

Nenhuma delas sentiu na época como uma discriminação. Sendo que, durante e após a entrevista elas compreenderam a concepção do que elas sofreram no passado com suas experiências de vida escolar. E isso despertou as mesmas para o compromisso que ambas têm em promover mudanças nas suas práticas pedagógicas em sala de aula, para também contribuir com o despertar dos/as alunos/as a medida em que juntos estão

descobrimos e aprendendo. Não podemos negar, que avanços significativos foram obtidos, mas muito ainda precisa ser feito. Finalizar reafirmando que o modelo de educação brasileiro é muito complexo e que cada dia mais precisa que docentes e estudantes continue lutando para que haja inclusão de fato e de direito. No sentido de que as mudanças continuem acontecendo para que a educação ajude a valorizar e desenvolver o sentido de pertença da identidade negra deste país. Espero que as análises desse estudo possa contribuir para que professores/as percebam que o processo de ensino aprendizagem de seus alunos perpassam pelo seus também.

Desse modo visando uma proposta de educação ante racista e ancorado em práticas pedagógicas, de ações afirmativas. Neste caso específico das aprendizagens e ensino das mulheres negras/ professoras negras. Que esse estudo possa contribuir com o processo de aprendizagem das futuras gerações, construído assim a partir de estratégias eficazes, das quais seja possível contribuir para uma aprendizagem significativa para todos (as).

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo/** Terezinha Bernardo. – São Paulo: EDUC: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. 36 edição Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Pluralidade cultural/Orientação sexual. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 1997.
- BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Prêmio: **Mulheres Negras Contam sua História** – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. ISBN 85-7480-151-8 Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=fml11kv9qVIC&printsec=frontcover&dq=Ecleia+bosi&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjfmtHj2r_ZAhUJh5AKHbs3Di0Q6AEIKjAA#v=onepage&q=Ecleia%20bosi&f=false paginas 44-53
- BASEGGIO, Julia Knapp. & SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. **As condições femininas no Brasil colonial**. Revista Maiêutica, Indaial, v. 3, 1, p. 19 – 30, 2015. Disponível em https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1379/528
- CUNHA, Washington Dener dos Santos. SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A Educação Feminina do Século XIX: entre a escola e a literatura Niterói**, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010, p. 99. Disponível em <file:///C:/Users/admin/Downloads/62-176-1-PB.pdf>
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.
- DAVIS, Angela, 1944- **Mulheres, raça e classe**/tradução Heci Regina Candiani. – 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2016
- DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje** [tradução: Felipe Lindoso]. – São Paulo: Selo Negro, 2000.
- DÁVILA, Jerry, 1970- **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917 – 1945**/tradução Cláudia Sant’Ana Martins. – São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.: il.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil** / Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016. 442p.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher que vi de perto** / Nilma Lino Gomes. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995. 200 p.; 21cm. – (Coleção GRIÔ/Textos; 3)

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Preconceitos; v. 6)

OBSERVATORIO SOCIAL, **A Mulher no Mercado de Trabalho**. Revista EM, Março de 2004 – Ano 3 – Nº 5 Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

PAULO, Freire. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

ROMÃO, Jeruse. **História da educação do negro e outras histórias**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histnec-pdf&Itemid=30192

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Histórias de vida e formação de professores**. Salto para o Futuro. Boletim 01 2007.

VILA NOVA, Adeildo; Santos, EDJAN Alves dos. **Mulheres Negras**: histórias de resistências, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. Duque de Caxias, 2013.

Disponível em <http://pt.scribd.com/document/335550012/MULHERES-NEGRas-pdf>

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar/ trad. Ernani da F. da F. Rosa – Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil Colônia**. IN: Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: autores associados; Brasília, DF: Editora Plano. 2004, p.40.

Identidade <http://www.culturaegenero.com.br/download/hall.pdf> ACESSO EM 20/03/17

Biografia de Diva Guimarães <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/dura-e-emocionante-historia-de-diva-guimaraes-e-historia-do-brasil-por-carlos-fernandes/>

Biografia de Laudelina <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/laudelina>

Biografia de Dandara <http://nossacausa.com/negros-no-brasil-quem-foi-dandara-dos-palmares/>

Biografia de Tereza de Benguela <https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/>

Biografia de Nilma Lino Gomes <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/outubro/nilma-lino-gomes-e-indicada-como-titular-do-ministerio-das-mulheres-igualdade-racial-e-direitos-humanos>

acesso em 20/08/17 as 16:28hs

Biografias de rainhas africanas <https://www.geledes.org.br/grandes-reis-e-rainhas-da-africa/> acesso em 27/09/17 as 19:10 hs

Biografia de Benedita da Silva <http://www.palmares.gov.br/personalidades-negras-benedita-da-silva> acesso em 28/10/17 as 11:41hs

<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/25/8-mulheres-negras-cientistas-brasileiras-que-voce-precisa-conhecer/> acesso em 28/10/17 as 20:57hs Norma Odara. Brasil de Fato | São Paulo (SP) 25 de Julho de 2017 às 13:46

Frase citada no agradecimento <https://www.mensagenscomamor.com/frases-elza-soares>

Preta, letra da música interpretada por Daniela Mercury

<https://www.lettras.mus.br/daniela-mercury/preta/>https://www.google.com.br/search?q=frases+de+frida+kahlo+em+portugu%C3%AAs&rlz=1C1CHZL_ptBRBR767BR767&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiztuGKqsXZAhVQ3FMKHYr5AbcQsAQINQ&biw=1366&bih=662

Significado para memória <https://www.lexico.pt/memoria/>

ANEXOS



ANEXO 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ROTEIRO ENTREVISTA

PESQUISA-ASSUNTO: “Formação de Professores – Contribuição para a implementação da Lei 10.639/03 a partir de Mostras Pedagógicas da Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira. Campina Grande – PB.”

PARTE 1 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Nome.

Idade.

Tempo de experiência.

Habilitações acadêmicas (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado), indique.

PARTE II - ENTREVISTA

1. Com quantos anos você foi matriculada na escola pela primeira vez?
2. Como foi esse primeiro contato com a escola, com a professora e com as crianças?
3. Enfrentou alguma dificuldade em realizar a matrícula e a permanecer estudando na escola?
4. Como era a escola na sua época?
5. O que você mudaria e o que você manteria igual nessa escola?

6. Você sofreu ou presenciou alguma discriminação ou preconceito racial no seu período escolar? Ou outro tipo de discriminação e preconceito? Se sim, qual?
7. Qual a sua profissão/função?
8. Porque escolheu essa profissão?
9. Já sofreu ou presenciou alguma discriminação ou preconceito racial na sua área de trabalho? Ou outro tipo? Se sim, qual?
10. O que você faria para mudar as atitudes discriminatória e preconceituosa das pessoas em relação a mulher negra hoje?
11. Qual a sua opinião sobre ser mulher e negra nesse país?
12. Em que setor do mercado de trabalho, as mulheres negras têm mais acesso, estão mais presentes?
13. Você se lembra como se deu o seu processo de escolarização na primeira infância? Quanto: ao primeiro dia de aula, a socialização com os/as colegas, professores, a metodologia, a sua aprendizagem com os conteúdos.
14. Você se lembra como se deu o seu processo de formação no magistério/docência pedagógica tanto como aluna quanto professora? Quanto: ao primeiro dia de aula, a socialização com os/as colegas, professores, a metodologia, prática e a aprendizagem com os conteúdos.

ANEXO 2: TERMO - AUTORIZAÇÃO PESSOAL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TERMO - AUTORIZAÇÃO PESSOAL

Eu, _____ RG n° _____
_____ professora da Educação Infantil responsável pela
turma _____ da Creche Municipal Carla Medeiros, localizada na
Rua João Amaro de Lima, S/N - Bodocongó III, Campina Grande – PB. Autorizo
Acacia Silva Alcantara, matrícula n° 1600760015, Pós-graduanda do curso de
Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade
Estadual da Paraíba a utilizar o conteúdo da entrevista realizada no dia 14 de Novembro
de 2017 como parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **“Experiências de
Ensino e Aprendizagem de Mulheres Negras em escolas públicas da Paraíba”**
orientado pelo Professor Waldeci Ferreira Chagas.

Declaro ter lido a transcrição, visto o conteúdo selecionado e o uso/ aplicação
dentro do texto final. Nesses termos concordo e autorizo.

Campina Grande, _____ de _____ de 2017

Profa. Tânia Morais Gomes

ANEXO 3 : TERMO - AUTORIZAÇÃO PESSOA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TERMO - AUTORIZAÇÃO PESSOAL

Eu, _____ RG n° _____
_____ professora do Ensino fundamental I, responsável pela turma _____ da Escola Estadual Reitor Edvaldo do Ó, localizada na Rua Isolda Barros Torquato, S/N – Conjunto Severino Cabral, Campina Grande – PB. Autorizo Acacia Silva Alcantara, matrícula n° 1600760015, Pós-graduanda do curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar o conteúdo da entrevista realizada no dia 14 de Novembro de 2017 como parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **“Experiências de Ensino e Aprendizagem de Mulheres Negras em escolas públicas da Paraíba”** orientado pelo Professor Waldeci Ferreira Chagas.

Declaro ter lido a transcrição, visto o conteúdo selecionado e o uso/ aplicação dentro do texto final. Nesses termos concordo e autorizo.

Campina Grande, _____ de _____ de 2017

Profa. Maria da Guia Cavalcante Soares



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

TERMO - AUTORIZAÇÃO PESSOAL

Eu, Tânia de Moraes Gomes RG nº _____
professora da Educação Infantil responsável pela turma maternal II-B da Creche Municipal Carla Medeiros, localizada na Rua João Amaro de Lima, S/N - Bodocongó III, **Campina Grande - PB**. Autorizo Acacia Silva Alcantara, matrícula nº 1600760015, Pós-graduanda do curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar o conteúdo da entrevista realizada no dia 14 de Novembro de 2017 como parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **“Experiências de Ensino e Aprendizagem de Mulheres Negras em escolas públicas da Paraíba”** orientado pelo Professor Waldeci Ferreira Chagas.

Declaro ter lido a transcrição, visto o conteúdo selecionado e o uso/ aplicação dentro do texto final. Nesses termos concordo e autorizo.

Campina Grande, 14 de novembro de 2017

Tânia de Moraes Gomes
Profª. Tânia Moraes Gomes



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

TERMO - AUTORIZAÇÃO PESSOAL

Eu, Maria da Guia Cavalcante Soares RG nº _____
professora do Ensino fundamental I, responsável pela turma E 5A/noite da
Escola Estadual Reitor Edvaldo do Ó, localizada na Rua Isolda Barros Torquato, S/N – Conjunto
Severino Cabral, Campina Grande – PB. Autorizo Acacia Silva Alcantara, matrícula nº
1600760015, Pós-graduanda do curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na
Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar o conteúdo da entrevista
realizada no dia 14 de Novembro de 2017 como parte do Trabalho de Conclusão de Curso
intitulado: “**Experiências de Ensino e Aprendizagem de Mulheres Negras em escolas
públicas da Paraíba**” orientado pelo Professor Waldeci Ferreira Chagas.

Declaro ter lido a transcrição, visto o conteúdo selecionado e o uso/ aplicação dentro do
texto final. Nesses termos concordo e autorizo.

Campina Grande, 14 de novembro de 2017

Maria da Guia Cavalcante Soares
Profª. Maria da Guia Cavalcante Soares